

## O JORNAL *O TAQUARYENSE* – REPRESENTANTE DA IMPRENSA POLÍTICO-PARTIDÁRIA GAÚCHA

*Leonel José de Oliveira*<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Neste artigo caracterizamos o jornal *O Taquaryense* enquanto instrumento político de sua época, delimitando nossa pesquisa ao período que compreende o início de seu funcionamento (1887) até a década de 30, momento que marca a chegada de Getúlio Vargas ao poder central e que sinaliza o fim do chamado ‘jornalismo político-partidário’ ou da ‘imprensa de opinião’. Nesse contexto, *O Taquaryense*, enquanto folha semanal, acabou sendo importante difusor dos ideais republicanos no Rio Grande do Sul, mantendo postura de doutrinação da opinião pública, característica tradicional das folhas daquele tempo.

**Palavras-chave:** História da imprensa/jornalismo. Rio Grande do Sul. *O Taquaryense*. Espaço público/opinião pública. Jornalismo político-partidário/imprensa de opinião.

**Abstract:** This article characterizes the newspaper “*O Taquaryense*” as a political means of its epoch, limiting the research to its beginning (1887) to the 1930s, with the arrival of Getúlio Vargas to the central power, that signals the end of the called “political-partyism journalism” or of the “opinion press”. In this context, as a weekly newspaper, it became an important propaganda of the republicans’ ideals in Rio Grande do Sul, keeping an attitude of catechizing the public opinion, a traditional characteristic of the newspapers at that time.

**Key-words:** The history of the press/journalism. Rio Grande do Sul. *O Taquaryense*. Public space/public opinion. Political-partyism journalism/opinion press.

---

<sup>1</sup> Professor da Univates. Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002)

## Introdução

Neste artigo objetivamos caracterizar o jornal *O Taquaryense* enquanto instrumento político de sua época, delimitando nossa pesquisa ao período que compreende o início de seu funcionamento até a década de 30, momento que marca a chegada de Getúlio Vargas ao poder central e que sinaliza o fim da 'imprensa de opinião'.

O jornal *O Taquaryense*, fundado em 1887 por Albertino Saraiva na cidade de Taquari, Rio Grande do Sul, é marco importante da imprensa gaúcha. Segundo jornal mais antigo do Estado em atividade — perdendo apenas para o jornal *Gazeta do Alegrete* (1882) —, o semanário mantém de forma quase ininterrupta sua forma praticamente original de confecção e impressão. Montado "tipo por tipo", ainda hoje é impresso em máquina do século retrasado — uma rotativa francesa (Marinoni), a mesma que imprimiu as primeiras edições do jornal *Correio do Povo*.

Por tratar-se de fonte inexplorada, objetivamos, a partir do mapeamento do acervo de jornais de *O Taquaryense*, caracterizar sua ação enquanto instrumento político, admitindo que o jornal foi importante difusor dos ideais republicanos no Rio Grande do Sul, mantendo postura de doutrinação da opinião pública, característica tradicional das folhas daquele tempo.

Para tal, o artigo é composto por dois momentos:

- 1.) um quadro geral do desenvolvimento da imprensa/jornalismo no ocidente — mais especificamente na Europa - e no Rio Grande do Sul;
- 2.) a atuação do jornal *O Taquaryense* enquanto folha político-partidária.

## 1 O desenvolvimento do jornalismo/imprensa: quadro geral

### a) O avanço da imprensa/jornalismo ocidental

A evolução da imprensa na Europa é marcada pela saída da Idade Média e a entrada do Renascimento. A característica tecnicista e mercantilista notada a partir do século XV constitui mutação intelectual decisiva para o sucesso do livro, invenção esta também apoiada e possibilitada pelas alterações sociais do período.

Configurava-se aí um primeiro contexto favorável para o desenvolvimento da imprensa. Os progressos nos avanços técnicos para o fabrico dos caracteres, o desenvolvimento da ourivesaria, o progresso da metalurgia e do papel foram circunstâncias importantes para a invenção de Gutenberg (BRETON, 2000, p. 52-59). De modo geral, o Renascimento - principalmente entre 1450/1550 — viu o início das técnicas tipográficas na Europa, o avanço do mercantilismo (burguesia), a ascensão da leitura, a maior circulação de ideias e uma pujança intelectual baseada numa visão de mundo mais materialista e utilitarista, realidades que, num contexto mais amplo, viabilizaram a criação da imprensa (BRETON, p. 59-60).

Se nos séculos XVI e XVII o poder centralizador das monarquias explicita desinteresse pela discussão pública, o século XVIII marca o início de seu declínio e de novos conceitos de democracia política. Nesse período a Europa assiste ao desenvolvimento de uma imprensa marcada pelo panfletarismo político, por crítica ética e moralista, baseada num público que “pensa a si mesmo”, ou seja, de uma esfera pública pretensamente livre, racionalista e crente em sua autodeterminação. Notadamente o período marcado pela Revolução Francesa e a consequente afirmação da ideia de uma soberania popular assinala o que Ciro Marcondes chama de ‘Primeiro Jornalismo’ (MARCONDES FILHO, 2000, p. 11).

É neste momento que o jornal apresenta sua primeira característica: a de ser um espaço de opinião e de mediação de públicos politizados. Em países como França, Inglaterra e Portugal eclodem a *imprensa de opinião*, fenômeno que ajuda a configurar uma esfera pública burguesa constituída a partir dos novos ambientes abertos de discussão democrática: as praças, os auditórios, os cafés, os clubes de reuniões (HABENNAS, 1934).

A esfera pública caracteriza-se, portanto, como associação de pessoas privadas que aspiram modelar o agir político, como uma infra-estrutura para a constituição de opiniões políticas que passa a ganhar nova dimensão ao assumir-se como verdadeira instância política que começa por exigir a mudança na base de legitimação da dominação para, depois, pôr em causa essa mesma dominação (ESTEVEES, 2001). As posições e preferências majoritárias de determinado momento constituem, assim, a chamada *opinião pública*, parte integrante de uma teoria democrática de Estado no qual a imprensa funciona como verdadeira mercadora de ideias e como poder que equilibra os demais (ESTEVEES, 2001).

A opinião pública do Iluminismo, tal como vingará na esfera liberal, afirma-se como a opinião formulada no seio do debate entre os cidadãos, autônoma da razão de Estado, exercida de forma ativa e crítica, e com consequências crescentes ao nível legislativo. O aparecimento da imprensa enquanto instituição que exerce a função de divulgar e debater informações e regulamentações de natureza econômica publicadas pelo poder traduz o papel da imprensa da época, qual seja, conferir aos seus destinatários o suporte necessário para o exercício de uma opinião crítica. Assim, condensa na imprensa, entre outros, a tarefa de proteção contra a tirania, da expressão das queixas individuais, da salvaguarda dos direitos da humanidade, de ser a porta-voz da opinião pública e vigia do poder político (TRAQUINA, 2003, p. 45-49).

Nesse contexto, os jornais da esfera pública liberal abrigam algumas particularidades: surgem no contexto das revoluções burguesas; são dirigidos a públicos restritos, caros, lidos em voz alta (analfabetismo), polêmicos; e abrem espaço para o exercício dialógico da razão, na medida em que fundamentam nova racionalidade que dispensa a autoridade e a tradição (TRAQUINA, 2003). Nessa sociedade que se julga capaz de compreender a realidade e que se propõe a transformar as esferas da vida, surge a função dos jornais do século XVIII: ser uma arma na luta política, caracterizando as folhas do período por seu viés opinativo (‘jornalismo de opiniões’).

A urbanização, a burocratização, a concentração econômica e a massificação do consumo foram algumas das transformações que acompanharam o desenvolvimento da sociedade, questões que incidem, entre outros, nas próprias contrariedades da sociedade moderna como a emergência da sociedade de massa e o aparecimento da indústria cultural, o triunfo da racionalidade instrumental e burocrática, a crise da cidadania e da própria opinião pública. Não obstante, esses fenômenos possibilitaram também a expansão da imprensa e a instituição de novo tipo de jornalismo.

A evolução do sistema econômico (a industrialização da sociedade e o desenvolvimento da publicidade) fez com que a imprensa se tornasse autossustentável e que a função *jornalista* fosse alavancada. No campo tecnológico, o domínio da técnica tipográfica a partir do avanço da rotativa, da melhoria da reprodução da imagem e a rapidez de transmissão da informação identificam a atividade, identidade esta ligada a um tipo de jornalismo familiar aos dias de hoje, marcado pelas últimas notícias, a exclusividade, o “furo”. À época, a própria criação das agências de notícias demarcam o quanto o período em questão influenciou a profissão.

Se aspectos sociais como o aumento da escolaridade, a urbanização e o crescimento das metrópoles fizeram com que o número de leitores aumentasse decisivamente, foi a evolução do sistema político que parece ter alterado radicalmente os fundamentos do antigo jornal, pois, ao tratar de fatos, a imprensa viu-se *despolitizada*, tornando o jornalismo não mais de opiniões. Mediante a condição de autossustentabilidade dos jornais (*penny press*), o século XIX é considerado, na Europa, a chamada ‘época de ouro da imprensa’ (TRAQUINA, 2003, p. 34-42), configurando nova etapa de seu processo evolutivo: a *imprensa de massa* (Marcondes, 2000, p. 23-24).

Assim, no contexto do desenvolvimento do jornalismo na democracia a partir da expansão dos meios de comunicação, da comercialização de nova mercadoria - a notícia - e da profissionalização do jornalista, compreender o sentido contemporâneo de *jornalismo* é tomá-lo enquanto verdadeira indústria, atividade mercantil com características definidas pela produção em série a partir de certas regras de construção de sua mercadoria e pela existência de profissão dotada de deontologia, de saberes e de tecnologias próprias interessadas na recepção das multidões das grandes cidades.

O “novo” jornalismo do século XIX e início do século XX notabiliza-se pela audiência de um público generalizado, diferentemente do público elitista de outrora. Ao jornal compete andar atrás da notícia que poderia interessar a seus leitores, determinando o espaço para nova figura, o repórter, que, por sua vez, utiliza técnicas de descrição (testemunhas, cenário, entrevista, fontes múltiplas, investigação) que dão início ao processo de standardização da notícia, referida a partir da técnica da “pirâmide invertida” e do *lead* (lide), fórmula ainda hoje consagrada nas redações.

## b) O avanço da imprensa/jornalismo gaúcho

O Rio Grande do Sul conheceu, segundo Rüdiger (2003, p. 11), diversos tipos de imprensa - política, literária, operária, religiosa, humorística, noticiosa -, mas nem todas possibilitaram a formação do jornalismo, entendido aqui enquanto prática social componente do processo de formação da opinião pública. Constata o autor que o Rio Grande do Sul absorveu dois *regimes jornalísticos*: na primeira fase o chamado “Jornalismo Político-Partidário”, que compreende desde a sua formação (meados do século XIX) até a década de 30; na segunda fase o “Jornalismo Empresarial”, caracterizado pelo jornalismo informativo e sustentado pelas redes e monopólios de comunicação, durando esta passagem várias décadas e sendo “marcada por circunstâncias desconexas, variáveis que não se deixam apreender a partir de um esquematismo rigoroso” (RÜDIGER, p. 13-14).

Se o início da imprensa no Brasil pode ser demarcado a partir de 1808 com a imprensa régia de Dom João VI, o jornalismo gaúcho marca como sua “pré-história” o final dos anos 1820. A conjuntura local observa uma economia pastoril estagnada, periférica e dependente, com estancieiros e charqueadores formando uma classe subordinada politicamente ao poder central (Rio de Janeiro). Nesse contexto, a oligarquia pastoril não controlava a província, sendo seus presidentes nomeados pela corte. Os limites desta elite gaúcha eram, no entanto, visíveis numa conjuntura nacional que já apresentava uma reação liberal ao governo absolutista de Dom Pedro I, visto que a classe senhorial brasileira estava limitada pela pouca circulação das elites no poder (RÜDIGER, p. 17-19).

Nesse contexto, a característica da formação do jornalismo gaúcho até por volta de 1875 pode ser descrita a partir dos tipógrafos, homens de imprensa interessados em ascender à classe burguesa enquanto representantes do governo (RÜDIGER, p. 24-25). O exercício profissional era marcado por sua precariedade e os “jornalistas”, por sua instabilidade no que tange à orientação política. A fraca ligação orgânica das forças políticas com os jornais é marcada por um tipo de imprensa denominada *pasquim*, folhas caracterizadas pelos ataques pessoais de ordem moral e por seus artigos virulentos (Ibidein, p. 31).

A ascensão da imprensa partidária tornou a *pasquinagem* problemática. O fenômeno é observado a partir de uma mutação política marcada por um regime monárquico constitucional e um sistema parlamentarista de governo que regularizou a circulação das elites no poder (RÜDIGER, p. 33). Esse novo *status* das elites fez com que ela passasse a estabelecer uma relação mais orgânica dos políticos com a imprensa, tornando-a verdadeiro agente da vida partidária. Os partidos passam a montar suas empresas e a lançar periódicos; surgem as redações, uma organização editorial e os políticos tomam o lugar dos tipógrafos na função de jornalista.

O contexto desta transição marca, assim, uma mutação política na qual o jornal passa a ter um papel decisivo na publicização das ideologias partidárias e na formação da opinião pública. O jornalismo, tomado então por seu caráter político-partidário, volta-se a uma atividade essencialmente opinativa, veiculando organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil, na qual os políticos tomam o lugar dos tipógrafos na função de

jornalista tendo como objetivo transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos (RÜDIGER, p. 37).

Tornada agente orgânico da vida partidária, o desenvolvimento da imprensa da época não traduz, no entanto, uma virada na atividade ainda precária dos jornais, marcada por fatores graves como o baixo poder aquisitivo da população, o alto custo de manutenção, a matéria-prima onerosa e a cara mão-de-obra. Portanto, a manutenção dos periódicos constituía-se essencialmente por sua caracterização política e doutrinária da opinião pública. No Rio Grande do Sul, duas folhas paradigmáticas marcam o período: 'A Reforma' (1869-1912), folha que inicia o jornalismo político-partidário, e 'A Federação' (1884 - 1937) (RÜDIGER, p. 41-45).

'A Reforma' caracterizou-se por ser um órgão do partido liberal com papel significativo na posterior articulação do partido federalista, marcando a oposição ao governo republicano. 'A Federação' articulou o movimento republicano da província enquanto órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (P.R.R.), dirigido por Júlio de Castilhos. A folha ratificou o jornal como modelador da opinião pública, constituindo-se como fundamental para a manutenção da ideologia castilhista, constituindo ambas importantes meios de propagação de ideários políticos.

O auge do jornalismo político-partidário se dá até proclamada a república em 1889. Após o período, várias folhas são forçadas a fechar as portas e, durante o início do novo regime, observa-se censura policial direta. Ao final dos anos 20, diminuem os conflitos, mas a imprensa político-partidária já se encontra, de maneira geral, extenuada. Pressupõem essa decadência a estagnação da pecuária, a ascensão da agricultura colonial e o surgimento da indústria e o desenvolvimento urbano, a expansão relativa da sociedade civil, da camada média da população (burocratas, profissionais liberais, pequenos empresários), a renovação do público e suas práticas culturais, a primeira guerra mundial e o encarecimento do papel e da tinta (RÜDIGER, p. 54-55).

Mesmo observando-se melhoria na qualidade gráfica e editorial, o jornalismo político-partidário declinava diante da tendência de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de suas questões adjacentes: um mercado que não comportava grande concorrência, o limitado número de anunciantes, uma tendência monopolizante (verificada fortemente até os dias de hoje no Estado), a centralização dos recursos financeiros na capital e a necessária organização empresarial para a manutenção dos jornais. A este fato soma-se nova conjuntura espiritual da população, tendencialmente receptiva a uma demanda mais noticiosa/ imparcial (RÜDIGER, p. 55-56).

Segundo Rüdiger, o golpe final ao jornalismo político-partidário se deu em 1937 com o Estado Novo, quando Getúlio Vargas aboliu os partidos e decretou o fechamento de vários jornais, momento em que os periódicos remanescentes acabam se adaptando à nova situação, optando por uma linha noticiosa ou oficialista.

## 2 A análise da atuação do jornal *O Taquaryense* enquanto folha político-partidária

Dado o quadro envolvendo o avanço da imprensa mundial e gaúcha, orientamos o texto para a análise do jornal *O Taquaryense*. O período por nós escolhido -1887/1930 — explica-se por:

- 1.) ser o ano de 1887 a data que compreende a fundação oficial do jornal;
- 2.) ser a década de 30 o período da ditadura Vargas, momento em que se instala o Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão de controle da divulgação de matérias da imprensa nacional, e que sinaliza um tipo de jornalismo que não agrega ao objetivo deste trabalho, qual seja, observar em *O Taquaryense* um instrumento político de sua época a partir da caracterização de um tipo de jornalismo por ele praticado, o “jornalismo político-partidário”.

A folha, criada em 31 de julho de 1887 na cidade de Taquari, tornou-se, durante o período pesquisado, o principal meio de difusão das notícias regionais, estaduais e nacionais do Vale do Taquari, abrangendo regiões importantes hoje identificadas como sendo as cidades de Estrela, Lajeado, Bom Retiro do Sul, Encantado, Teutônia e São Gerônimo. Segundo jornal mais antigo do estado do Rio Grande do Sul, iniciou suas atividades sendo impresso em um prelo, que entrou em atividade antes mesmo da fundação oficial do jornal, em 1887. A técnica permaneceu até 1910, quando Albertino Saraiva, proprietário e diretor do jornal, adquiriu um modelo avançado de prensa: a Marinoni. Fabricada em Paris, a máquina foi importada por Caldas Junior, fundador do jornal “Correio do Povo” em 1895.

De maneira geral, a folha reproduziu e se posicionou frente aos principais acontecimentos históricos do período. Sendo um jornal semanal, defendeu o fim da escravidão e a instalação da República, posicionando-se contrariamente aos grupos que defendiam o retorno da Monarquia. Com a instalação do Partido Republicano, defendeu a centralização do poder nas mãos de uma única pessoa dentro de uma ordem federativa, a ditadura republicana, iniciativa que singularizou o Estado do Rio Grande do Sul dos demais Estados brasileiros.

A publicação dos avanços atingidos pelo Estado a partir da instalação do sistema republicano ao mesmo tempo em que retratava as dificuldades que o país atravessava durante o período monárquico sinaliza como o jornal acabou se tornando importante difusor destes ideais, aliando-se aos grupos que estavam no poder.

Por meio de propaganda ligada aos ideais positivistas, *O Taquaryense* manteve postura político-partidária e de doutrinação da opinião pública. Tal afirmação é percebida, entre outros, na edição de 3 de março de 1923, na qual o jornal cita em texto de capa: “[...] o Taquaryense, mantém em sua nova fase, a feição política que sempre teve - de folha republicana obediente à direcção do eminente chefe Dr. Borges de Medeiros”.

### a) Análise do jornal

De maneira geral, os dois primeiros anos de existência de *O Taquaryense* apresentam o jornal como um periódico apartidário, caracterizado enquanto boletim informativo com poucas matérias e pequena quantidade de publicidade (ANEXO 1). Porém, a transformação da situação política ocorrida no país a partir da proclamação da República em 15 de novembro de 1889 traz como consequência a forte penetração dos ideais republicanos no Rio Grande do Sul.

Com a eleição de Júlio de Castilhos à presidência do Estado, esses ideais acabam se difundindo rapidamente, sendo os jornais do período — entre eles *O Taquaryense* — um meio importante de divulgação (ANEXOS 2 e 3). Conforme Pesavento (2002), a instalação da República no Rio Grande do Sul implicou a adoção de uma forma de governo inspirada na república ditatorial positivista de Augusto Comte, que adotava uma perspectiva de promoção do progresso econômico sem alteração da ordem social, assegurando o domínio das “classes conservadoras” no Estado.

Em 1893, este domínio passou a ser questionado por meio da Revolução Federalista. Opositores ao modelo implantado por Júlio de Castilhos, os federalistas defendiam a ideia parlamentar e o retorno da estrutura Monárquica. O jornal decide então assumir explicitamente o seu papel político-partidário, lançando amplo apoio ao sistema republicano e à necessidade da manutenção de Júlio de Castilhos frente ao governo do Estado (ANEXO 4).

Entre as formas de apoio encontradas destaca-se a maneira como a Revolução Federalista fora descrita pelo jornal, divulgando as batalhas vencidas pelas tropas republicanas, denegrindo a imagem dos líderes federalistas e descrevendo as mazelas que o país enfrentara durante o período monárquico. O amplo apoio à causa republicana pode ser observado a partir do fim da Revolução Federalista, em 1895, quando através do jornal *A Federação*, representante oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (P.R.R.), *O Taquaryense* teve significativo papel na articulação do movimento republicano regional. Destacamos aqui a articulação, na cidade de Taquari, do chamado Centro Republicano, no qual fora disponibilizado a seus associados textos, jornais e livros que difundiam os ideais positivistas de Augusto Comte (ANEXO 5). Estando aberto todas as noites, o clube político também organizava reuniões, debates e palestras, participando ativamente da articulação republicana regional e estadual (ANEXO 6).

De 1898, com a posse de Borges de Medeiros, até 1928, quando Getúlio Vargas, representante da segunda geração de republicanos, chega ao governo do Estado, o P.R.R. sofre poucas contestações. Entretanto, após o fim da 1ª Guerra Mundial, os estancieiros enfrentavam nova crise financeira no Estado, necessitando de apoio do governo estadual. Inicia-se novo movimento de oposição reunindo republicanos dissidentes e antigos federalistas, aliança que acabou lançando Assis Brasil como candidato ao governo do Estado nas eleições de 1922. A eleição de Borges de Medeiros insufla acusações virulentas e dá início à Revolução de 1923, quando novamente *O Taquaryense* se posiciona a favor da causa republicana acusando os estancieiros de “serem contrários ao progresso do Estado e da nação” (ANEXOS 7 e 8).



O apoio à causa republicana se traduz ainda na eleição de Getúlio Vargas ao governo do Estado (ANEXO 9) em 1928 e na candidatura do político gaúcho em 1930 à presidência federal, que trazia João Pessoa, governador da Paraíba, como candidato a vice-presidência (ANEXO 10). Ante a derrota de Vargas para Washington Luís, o elemento catalisador da deposição do presidente eleito foi o assassinato de João Pessoa, então candidato a vice de Vargas. O episódio precipitou o movimento contra o governo, que eclodiu a 3 de outubro e acabou sendo utilizado como argumento para a derrubada do então presidente (PESAVENTO, 2002).

Na situação, *O Taquaryense* acabou incentivando a criação de grupos armados que deveriam se unir às tropas de Getúlio. Textos como “O Rio Grande pelo Brasil” e “A Revolução Brasileira” (ANEXO 11) justificavam a luta armada como sendo necessária para a reinstalação da ordem e da salvação da República do Brasil. Na edição de 1º/11/1930, sob o título “A Sentença da Revolução” (ANEXO 12), o periódico enaltece a queda de Washington Luís graças aos revolucionários cariocas, gaúchos e mineiros, veiculando a imagem do político como sendo a de um presidente ditatorial que favorecia apenas os grupos burgueses de São Paulo. Sua queda era necessária para a reordenação da nação, sendo Vargas a pessoa capaz de conduzir o país. Vargas assumiu a presidência em novembro de 1930.

Durante a República Nova (1930 a 1937), o jornal *O Taquaryense* manteve-se ao lado do governo central, divulgando matérias das ações desenvolvidas pelo presidente Vargas no Estado e no país. A difícil situação econômica do Brasil e do Rio Grande do Sul desgastava a imagem do presidente no período. A burguesia nacional iniciara profunda crítica ao sistema político e econômico, situação que levou seu antigo aliado, o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, a apoiar os grupos contestadores. Pela primeira vez, *O Taquaryense* seguia a linha de críticas ao governo federal. No dia 2 de outubro de 1937, Vargas sanciona a lei em que a República passaria ao estado de guerra, justificando o fato como necessidade para a defesa das instituições políticas e sociais e o surto comunista que se espalhava pelo país ameaçando a democracia brasileira (ANEXO 13).

Na edição seguinte, o jornal divulgava a nova lei sancionada pelo presidente Vargas. Nela, o periódico anuncia a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), limitando a divulgação de matérias da imprensa nacional em interesse da defesa da pátria (ANEXO 14). A partir desta data, 16 de outubro de 1937, todas as matérias relacionadas à política nacional seriam redigidas e fornecidas pelo órgão federal. Era o início da ditadura Vargas (ANEXO 15) e, de alguma maneira, o fim do jornalismo político-partidário e a ratificação do início de um tipo de jornalismo vinculado ao molde capitalista que, no Rio Grande do Sul, já havia dado seus primeiros passos com a inauguração, em 1895, do jornal “Correio do Povo”.

**Referências****Arquivos documentais**

Jornal *O Taquaryense* — Taquari/RS

**Bibliografia pesquisada**

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 1986.

BRETON, Proulx. **A Explosão da comunicação**. Lisboa, Bizâncio, 2000.

ESTEVES, João Pissarra. **Opinião pública e democracia na sociedade de informação**. 2001.

GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GONZAGA, Alcides. **Homens e coisas de jornal**. Porto Alegre: Globo, 1994.

HABENNAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1934.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação social e jornalismo: a saga dos novos cães de guarda**. Hacker, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: UFSC, 2003.